



INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO GERAL DE CONTABILIDADE E CUSTOS

RUA FERREIRA PENA, Nº 1109, CENTRO, CEP 69.025-010, MANAUS/AM. FONE: (92) 3306-0071

NOTA TÉCNICA Nº 24.2020 – CGECC/DEOC/DAO/PROPLAD

PROCESSO: 23443.029511/2019-18

LICITAÇÃO: Pregão nº 13.2020

OBJETO: Contratação do Serviço de Limpeza para a Reitoria

Ao Senhor,

MARIVALDO DA CRUZ SOARES

Departamento de Aquisições. Licitações e Contratos

Manaus (AM), 14 de agosto de 2020.

Senhor Chefe de Departamento,

I. Considerações Gerais

1. O presente ato licitatório visa à contratação de empresa especializada para a prestação de mão de obra exclusiva para o serviço contínuo de limpeza e conservação para as dependências da Reitoria conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência, anexo I do Pregão Eletrônico nº 13.2020.

2. A análise tem como objeto principal a verificação da composição dos valores limites do serviço de limpeza e conservação apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços da empresa C. NEVES DE OLIVEIRA EIRELI, CNPJ nº 24.920.448/0001-91, enviada por e-mail no dia 24/08/2020, as 12:02 horas está atendendo ao previsto no Decreto nº 9.507 de

21 de setembro de 2018, ao art. 7º, §2º, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993 e a Instrução Normativa nº 05/2017 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI/MP e suas alterações, a fim de apurar de forma irrefutável com base em documentações comprobatórias a exequibilidade dos preços ofertados pela licitante.

II. Da Análise da Planilha de Custos e Formação de Preços

3. Após análise da proposta da empresa C. NEVES DE OLIVEIRA EIRELI, apresentada por e-mail no dia 24/08/2020, verificamos que houve a adoção total da planilha de Custos constante no item 10.4 do TR, diante disso a planilha de Custos da Licitante não apresentou inconsistências, pois utilizando-se dos mesmos parâmetros apresentados pela Licitante, essa contabilidade NÃO apurou valores por metro quadrado divergentes dos propostos, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 1 – C.NEVES Proposta M2

Item	Tipo da Área	Área Efetiva Mensal	Produtividade Média Diária	Mão de Obra	Remuneração Mensal	Meses	Remuneração Global
1	01.02.Pisos Frios	3.947,22	1.200,00	3,29	R\$ 9.785,76	12	R\$ 117.429,07
2	01.06.Banheiros	589,18	300,00	1,96	R\$ 5.714,44	12	R\$ 68.573,28
3	02.01.Pisos pavimentados adjacentes e contíguos às edificações	537,12	1.800,00	0,30	R\$ 832,87	12	R\$ 9.994,46
4	03.02.Face externa sem exposição a situação de risco	210,79	380,00	0,55	R\$ 1.402,02	12	R\$ 16.824,19
5	03.03.Face interna	216,17	380,00	0,57	R\$ 1.403,99	12	R\$ 16.847,82
	Total	5.500,47	Calculado	6,68	R\$ 19.139,07	12	R\$ 229.668,83
			Arredondamento	6,00		12	R\$ -
			Diferença a ajustar	0,68	R\$ 19.139,07	12	R\$ 229.668,83
			Material		R\$ 1.819,26	12	R\$ 21.831,17
			Total				R\$ 251.500,00

Proposta E-mail CCONT. PROAD: 24/08/2020

Tabela 2 - CGECC - Custo por M2

Item	Tipo da Área	Área Efetiva Mensal	Produtividade Média Diária	Mão de Obra	Remuneração Mensal	Meses	Remuneração Global
1	01.02.Pisos Frios	3.947,22	1.200,00	3,29	R\$ 9.785,76	12	R\$ 117.429,07
2	01.06.Banheiros	589,18	300,00	1,96	R\$ 5.714,44	12	R\$ 68.573,28
3	02.01.Pisos pavimentados adjacentes e contíguos às edificações	537,12	1.800,00	0,30	R\$ 832,87	12	R\$ 9.994,46

4	03.02.Face externa sem exposição a situação de risco	210,79	380,00	0,55	R\$ 1.402,02	12	R\$ 16.824,19
5	03.03.Face interna	216,17	380,00	0,57	R\$ 1.403,99	12	R\$ 16.847,82
	Total	5.500,47	Calculado	6,68	R\$ 19.139,07	12	R\$ 229.668,83
			Arredondamento	6,00		12	R\$ -
			Diferença a ajustar	0,68	R\$ 19.139,07	12	R\$ 229.668,83
			Material		R\$ 1.819,26	12	R\$ 21.831,17
			Total Geral				R\$ 251.500,00

Análise CGECC: 24/08/2020

4. Temos que observar apenas quanto ao parâmetro de Vale Transporte e Alimentação, ao qual a empresa informa na aba Parâmetros Dia: 44 e 22 respectivamente para dia, no entanto acreditamos ser o total de dias no mês, pois a memória de cálculo encontra-se correta, conforme tabela a seguir:

Tabela 3 - Memória de cálculo benefícios - Proposta da Empresa

	ITEM	Dia trabalhado	valor transporte	Qtd p dia	Custo total	Base de cálculo Desconto	Porcentual de Desconto	Total do Desconto	Custo do Empregador
Líder de Limpeza	Transporte	22	R\$ 3,80	2	R\$ 167,20	R\$ 1.290,52	6%	R\$ 77,43	R\$ 89,77
	Alimentação	22	R\$ 13,00	1	R\$ 286,00	R\$ 286,00	10%	R\$ 28,60	R\$ 257,40
Auxiliar de Limpeza	Transporte	22	R\$ 3,80	2	R\$ 167,20	R\$ 1.060,00	6%	R\$ 63,60	R\$ 103,60
	Alimentação	22	R\$ 13,00	1	R\$ 286,00	R\$ 286,00	10,00%	R\$ 28,60	R\$ 257,40

Proposta E-mail CCONT. PROAD: 24/08/2020

5. Após a análise dos custos dos Materiais apresentado pela licitante, verificou – se que a empresa apresenta valores unitários e consequentemente, valores anuais notadamente 49,44% inferiores a estimativa de preços dessa licitação, o qual, possui como referência a média das cotações de Mercado Realizadas no Painel de Preços para os itens solicitados, ocasionando um cenário de atenção para esse item:

Tabela 4 - Detalhamento dos Materiais

Materiais	Valor Mensal	Valor Anual
(A) Proposta da Empresa	R\$ 1.100,39	R\$ 13.204,69
(B) Estimativa da Licitação	R\$ 3.598,10	R\$ 43.177,20
Proporção © = (A/B)*100	30,58%	30,58%

Fonte: Proposta Empresa 24/08/2020

6. Nesse contexto, vejamos o que dispõe o item 9.3 do Anexo VII – da IN 05.2017:

IN 05/2017 – ANEXO VII – A

9.3 A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais;

7. Convém considerar também o que dispõe os itens 9.4 e 9.6 do item do anexo VII – A da referida IN, quanto a realização de diligência para comprovação dos preços ofertados pela licitante conforme alíneas a, g e h do item 9.4, *in verbis*:

IN 05/2017 – ANEXO VII – A

9. Das Desclassificação das Propostas

9.4. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666, de 1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo ser adotado, dentre outros, os seguintes procedimentos:

a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;

b) verificação de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho;

c) levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho;

d) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

e) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

f) verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

g) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

h) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

i) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

j) estudos setoriais;

k) consultas às Fazendas Federal, Distrital, Estadual ou Municipal; e

l) análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.

9.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos e formação de preços, não sendo possível a sua imediata desclassificação, **será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.**

8. Nesse contexto, importa também observar o que dispõe também o artigo 63 da IN05/2017 e o Anexo VII – A e Acórdão do TCU nº 936/2004 – Plenário:

IN 05/2017

(...)

Art. 63. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

Anexo VII – A da IN 05/2017

(...)

7.5. A apresentação das propostas nos termos do subitem 7.4. Acima implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, **assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em qualidade e quantidades adequadas à perfeita execução contratual**, promovendo, quando requerido, sua substituição; (grifo nosso)

Acórdão TCU nº 963/2004 – Plenário

“(...) 52. Inicialmente, cabe esclarecer que alguns dos elementos integrantes da planilha de custos são variáveis, e dependem da característica e estrutura de custos de cada organização. Outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente. Caso a planilha apresentada pelo licitante esteja dissonante do previsto em lei, e ainda assim, for considerada exequível e aceita pela Administração, caberá ao licitante suportar o ônus do seu erro. (grifos nossos) (...) Voto do Ministro Relator (...)”

9. Nesse sentido, embora a empresa opte por apresentar valores ou percentuais mais baixos no dimensionamento da proposta, não extingue o proponente de arcar com o ônus de suas obrigações omissas, conscientes de que os valores não poderão ser incluídos posteriormente., além de fornecer todos os materiais necessários para o bom andamento do serviço.

10. Cabe ainda a Administração a prerrogativa de realizar diligências caso verifique necessário para esclarecimentos complementares nas formas descritas no item 9.4 do item do anexo VII – A da IN 05/2017.

III. Da Análise da Qualificação Econômico-Financeira

11. Após análise do item 9.10 referente a qualificação Econômico-Financeira da empresa, verificou-se os seguintes resultados:

- 11.1 Item 9.10.1 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

Relatório: A empresa apresentou a certidão negativa de falência, atendendo desta forma, o item 9.10.1 do edital 13.2020.

- 11.2 Item 9.10.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

Relatório: A empresa apresentou o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, atendendo desta forma, o item 9.10,2 do edital.

- 11.3 Item 9.10.3 Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

- **Liquidez Geral** – Esse índice relaciona as capacidades de curto prazo e longo prazo da empresa. O índice histórico de liquidez geral apontam que a empresa analisada apresenta recursos financeiros de 7,65, ou seja, em teoria apresenta condições de saldar suas obrigações em ambos os prazos, vide tabela a seguir:

Liquidez Geral	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo	R\$	73.569,06	7,65
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	R\$	9.617,01	

- **Liquidez Corrente** – Esse índice reflete quanto a empresa possui de ativo corrente para cada unidade de dívida de curto prazo, pois as rubricas de Circulante do Balanço Patrimonial contabilizam ativos/passivos com prazo de até 12 meses. A empresa C. NEVES DE OLIVEIRA EIRELI contabilizou receber o valor de R\$ 73.569,06 para o exercício de 2019 e deverá pagar R\$ 9.617,01 no mesmo período, apresentando o índice de 7,65, o que significa uma capacidade 7 vezes maior de pagamento do que a de adquirir dívidas de curto prazo:

Liquidez Corrente	Ativo Circulante	R\$	73.569,06	7,65
	Passivo Circulante	R\$	9.617,01	

- **Solvência Geral** – Corresponde ao índice de Solvência Geral expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

Solvência Geral	Ativo Total	R\$	141.702,90	14,73
------------------------	--------------------	------------	-------------------	--------------

	Passivo Circulante +Passivo Não Circulante	R\$	9.617,01	
--	--	-----	----------	--

Relatório: Os valores dos índices atendem a exigência do edital nº 13.2020, referente qualificação financeira do item 9.10.3, pois todos os índices acima calculados são superiores a 1.

11.4 9.10.5. As empresas deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

11.4.1 9.10.5.1 Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;

Capital Circulante Líquido (CCL) Ativo Ciculante - Passivo Circulante		
CCL (=)	R\$ 73.569,06 – R\$ 9.617,01	R\$63.952,05
Valor Estimado da Licitação	R\$ 338.177,51	
16,66%	R\$ 56.340,37	

Análise CGECC 24/08/2020

Relatório: O valor do CCL da empresa C. NEVES DE OLIVEIRA EIRELI atende a exigência do item 9.10.5.1 do edital nº 13/2020, pois o valor do CCL da empresa é de R\$ R\$ 63.952,05 (sessenta e três mil, novecentos e cinquenta e dois reais e cinco centavos) sendo superior a 16,66% do valor estimado da licitação, que equivale a R\$ 56.340,37 (cinquenta e seis mil, trezentos e quarenta reais e trinta e sete centavos).

11.4.2 9.10.5.2 Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

Patrimônio Líquido da Licitante	R\$	132.085,89
Valor Estimado da Licitação	R\$	338.177,51
10% do Valor da Contratação	R\$	33.817,75

Análise CGECC 24/08/2020

Relatório: O Patrimônio líquido da empresa é SUPERIOR a 10% (dez por cento) 9.10.5.2 do edital.

11.4.3 9.10.5.3 Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;

11.4.4 9.10.5.4 A declaração de que trata a sub condição acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social.

11.5 9.10.5.5. Quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

Relatório: A empresa apresenta Receita Bruta na Demonstração do Resultado do Exercício de 01/01/2019 a 31/12/2019 de R\$ 149.333,16 e a declaração de compromissos assumidos de R\$ 149.333,16, desta forma, a declaração de compromissos assumidos apresenta divergência superior a 10% (dez por cento), para mais, da receita bruta da Demonstração do Resultado. Logo, torna-se necessário que a empresa apresente justificativas coerentes quanto ao contexto apresentado pela empresa.

Tabela 5 - detalhamento do item 9.10.5.5

Declaração de Compromissos Assumidos (A)	R\$	86.400,00
Receita Bruta DRE (B)	R\$	149.333,16
Diferença em % entre Declaração e DRE @= (A)/(B)-100%		58%
Resultado Final		+42,14%

Análise CGECC 24/08/2020

Relatório: Considerando 1/12 (uns doze avos) da declaração de compromissos assumidos pela empresa de R\$ 7.200,00 é inferior ao Patrimônio Líquido da Empresa de R\$ 132.085,89 (cento e trinta e dois reais e oitenta e cinco centavos). A empresa não tem comprometimento superior a 1/12 (uns doze avos) do seu patrimônio líquido, atendendo desta forma, a qualificação financeira do item 9.5.4.3 do edital nº 13.2020.

	Declaração de Compromissos assumidos	R\$ 86.400,00	R\$ 7.200,00
1/12 (um doze avos)	12	12	

Análise CGECC 24/08/2020

IV. Conclusão

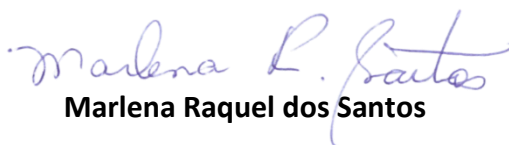
12. Portanto, considerando que esta contadoria não conseguiu aferir a inexistência dos preços para o item de Materiais de forma flagrante somos favoráveis pela HABILITAÇÃO da planilha de custos analisada, desde que a proponente apresente justificativas e comprovações em relação ao cenário de atenção apontados nos itens desta nota.

13. Quanto a análise da Qualificação Econômico Financeira, a empresa C. NEVES DE OLIVEIRA EIRELI comprovou o atendimento total do item 9.10, com exceção do item 9.10.5.5, ao qual apresentou divergências superiores a 10% quando comparado a Declaração de Compromissos Assumidos em relação a **receita bruta da Demonstração do Resultado, tornando-se necessário que a licitante apresente justificativas coerentes para essa diferença.**

14. Quanto ao ponto de vista de solvência, a licitante se encontra em situação favorável, pois apresenta solidez financeira que garanta o cumprimento dos compromissos de curto e de longo prazos, no entanto, não se pode mensurar que análises isoladas possibilitam determinar a real situação econômica e financeira da empresa pois a metodologia aplicada fortalece a subjetividade na análise das demonstrações, servindo apenas como direcionadores para a contratação da empresa, ao verificar sua capacidade de pagamento, retorno e captação de recursos.

1. Caso a empresa apresente justificativas e/ou documentações que suportem a oferta proposta, não há necessidade de retorno a essa contadoria.

Respeitosamente,



Marlena Raquel dos Santos

Coordenadora Geral de Contabilidade e Custos
Portaria nº 2.561 – GR/IFAM de 21/12/2018